

MANIFESTO PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ano de 2006 poderá passar para a história como aquele em que as pessoas, as organizações empresariais e os próprios governos no mundo inteiro iniciaram um processo de conscientização a respeito do risco real que a humanidade inteira corre se não houver uma transformação radical nos modelos de desenvolvimento adotados pelos países até o momento.

Governantes, empresários, cidadãos comuns, enfim, uma parcela cada vez maior de seres humanos acorda para a realidade de que a assimetria crescente entre ricos e pobres e as ameaças por conta do mau uso dos recursos naturais comprometem não só as sociedades democráticas, mas exaurem o próprio planeta.

Estranhamente, parece que o Brasil ainda não acordou para esta nova realidade repleta de ameaças e oportunidades.

Na última campanha presidencial, o desenvolvimento sustentável esteve completamente ausente nos debates, no discurso dos candidatos e nos programas de governo. Falou-se apenas em crescimento econômico em si, como se fosse a solução para todos os problemas nacionais. Não se questiona, nas propostas governamentais e de alguns setores empresariais, o preço deste crescimento, quem serão seus beneficiários e o impacto sobre as próximas gerações. A preservação do nosso patrimônio ambiental e os cuidados com a nossa rica diversidade cultural passaram a ser colocados como obstáculos ao “progresso”.

Aquecimento global, destruição de florestas, seca, poluição, enchentes, nada disso parece integrar as preocupações de nossos governantes, de nossos líderes e, principalmente, de algumas entidades empresariais representativas. Parece-nos até que o Brasil alienou-se da sua condição de um dos maiores e dos mais populosos países do planeta.

Paradoxo incompreensível, pois governos federais e estaduais, mundo afora, considerados refratários às questões vinculadas à sustentabilidade estão progressivamente implementando programas e planos que contemplam a substituição de combustível fóssil por energias limpas e a adoção de outros processos menos agressivos ao meio ambiente. Quando não o fazem na dimensão federal, fazem-no na dimensão estadual e municipal, com o ocorre nos EUA.

Até a China, que está no limite da sustentabilidade, quando apresentou em Davos o seu plano quinquenal de desenvolvimento, deu grande ênfase ao meio ambiente, à questão da água e às fontes de energia renovável.

Mesmo a mídia vem mudando de opinião. É o caso do jornal britânico Financial Times, bastião dos princípios neoliberais no mundo. Em editorial publicado no início de novembro, o jornal reconhece que a “mão invisível” do mercado não é suficiente para impedir a degradação ambiental e os problemas sociais. “Precisamos encontrar alternativas”, reconhece o editorialista, insuspeito de qualquer simpatia com movimentos

ou opiniões anticapitalistas. Outro pilar da supremacia do mercado, a revista *The Economist*, também britânica, não tem dúvidas em afirmar que os negócios com energia limpa têm o potencial para tornarem-se, em breve, em um “boom” de investimentos, semelhante à corrida tecnológica das décadas de 80 e 90.

Há outros fatos que também demonstram como o desenvolvimento sustentável já faz parte das preocupações dos mais variados segmentos econômicos: as seguradoras estimulam e aprofundam a elaboração de indicadores não financeiros para avaliar os riscos dos negócios. As quatro maiores auditorias do mundo (Deloitte, KPMG, Price e Ernst & Young) aplicam com mais frequência critérios não-financeiros para analisar balanços, reconhecendo que os princípios contábeis até hoje vigentes tornam-se progressivamente obsoletos para avaliar o impacto socioambiental das atividades das empresas, assim como a continuidade de suas atividades econômicas.

Ao desprezar o desenvolvimento sustentável como alternativa para a sociedade, o Brasil comete um erro triplo: 1- não potencializará sua condição única nas áreas de energia limpa, biodiversidade e inclusão social na base da pirâmide; 2 – continuará insistindo num modelo de crescimento que exclui milhões de brasileiros que, de outra maneira, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, serão incluídos também como protagonistas do processo de crescimento; 3 – continuará queimando florestas, desperdiçando riquezas e destruindo sua biodiversidade, hipotecando das gerações futuras a condição de emancipação, dignidade e cidadania global. Também continuará ocupando vergonhosas posições nos rankings de desenvolvimento humano e de corrupção, bem como o de 4º. maior emissor de carbono no mundo.

Já que conhecemos os riscos do atual modelo de desenvolvimento, temos recursos e tecnologia e sabemos o que deve ser feito para alcançar a justiça social e cuidar do planeta, a opção pelo desenvolvimento sustentável depende apenas da vontade política dos governos e da sociedade. Esta é uma escolha **ÉTICA**.

Quando o Instituto Ethos começou suas atividades há oito anos, preocupou-se em construir uma discussão que deixa claro para a sociedade brasileira que a responsabilidade social empresarial (RSE) representa um estágio superior de gestão empresarial, por criar condições para que as empresas potencializem seus impactos positivos e tornem-se agentes inovadores e parceiros na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O Instituto Ethos não representa as empresas associadas. Estas têm outras entidades para representa-las. O Instituto Ethos representa, sim, uma cultura organizacional crescente, um movimento que vem transformando as empresas de qualquer porte ou setor, ultrapassando até os limites corporativos. Essas empresas, ao identificar nesses desafios as oportunidades para realizar negócios de uma outra maneira, tornam-se peças-chave na construção de uma outra globalização, aquela em que as tecnologias, os processos, os produtos e os serviços contribuirão para a emancipação de populações marginalizadas e para a construção de sociedades onde a civilização pode se revelar na sua plenitude, sem comprometer o planeta.

Para muitos países, movimentos vivos da sociedade civil organizada e empresas, 2006 representa a aurora de um novo modelo de desenvolvimento, que cada vez mais se torna um imperativo moral, com todas os dilemas e todas as imensas oportunidades que traz



qualquer transformação. Para os brasileiros, no entanto, 2006 poderá ser o ano em que, tal qual avestruzes, paralisamos perplexos diante de uma realidade que não temos competência para operar.

Por não concordar com a omissão e por ter um profundo compromisso com a responsabilidade social empresarial e o projeto de desenvolvimento sustentável, por ter o dever do pioneirismo e a responsabilidade da ação inovadora, o Instituto Ethos decide: tornar a premissa do desenvolvimento sustentável o motor de sua ação estratégica.

Para isso, propõe-se a:

- Ampliar os canais de diálogo com a sociedade civil e os governos para reforçar o compromisso do setor empresarial com outro modelo de desenvolvimento;
- Empreender esforços para aprofundar e reconhecer, no mercado e na sociedade, alternativas concretas de processos, produtos e serviços de baixo impacto ambiental, inovadores e promotores da inclusão social;
- Convocar seus associados e as empresas líderes em RSE para realizar um esforço extraordinário de construção de uma estratégia para a sociedade brasileira, baseada nessas premissas, bem como para aprofundar o desenvolvimento sustentável como estratégia para o país.

Finalmente, o Instituto Ethos compromete-se a não economizar esforços e a engajar-se em tantos diálogos quantos forem necessários para tornar as premissas do desenvolvimento sustentável no verdadeiro projeto do Brasil hoje, com inclusão social e dignidade para as atuais e futuras gerações.

Oded Grajew

Presidente do Conselho Deliberativo
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Ricardo Young

Presidente
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social